

**DO CURSO DE DATILOGRAFIA AOS CURSOS DE COMÉRCIO
(PROPEDÊUTICO E CONTADOR): A CRIAÇÃO DO INSTITUTO COMERCIAL
SÃO JOSÉ (CURITIBA, 1942-1943)**

Erica Piovam de Ulhôa Cintra – UFPR

(Eixo 2 – História da profissão docente e das instituições educacionais)

Em 30 de março de 1943, a *Gazeta do Povo* – periódico paranaense de ampla circulação e ainda hoje em atividade - finalmente anuncia, à página 4, a abertura dos cursos e o funcionamento do Instituto Comercial São José, primeira denominação dada ao projeto educativo das Irmãs de São José com o ensino profissional, na capital paranaense. Fazendo valer o dito popular ‘antes tarde do que nunca’, visto o justo prazo para os exames de admissão e início do ano letivo, a instituição, sob inspeção federal a cargo de Carlos Sternberg Valle, apresenta seus cursos comerciais (propedêutico e contador) e inaugura um período de destaque para o ensino profissional feminino em nível secundário, especialmente, dentre os estabelecimentos de ensino católicos de Curitiba.

O Instituto Comercial São José foi fundado em 11 de novembro de 1942. A base legal para sua constituição deveu-se a reforma de Francisco Campos e as demais leis complementares referentes ao ensino comercial. Sua fundação, portanto, é anterior à Lei Orgânica do Ensino Comercial, do ministro da pasta educacional Gustavo Capanema, que só seria decretada em dezembro de 1943. Nesta lei, a escola reorganizará seus cursos, horários de aulas, corpo docente e até sua própria identificação para satisfazer as novas exigências educacionais e adaptar-se para o próximo ano letivo, o de 1944. Mas para o presente trabalho considera-se a trajetória que levou à constituição do primeiro projeto de ensino profissional em nível médio das Irmãs de São José no Paraná, o do Instituto Comercial São José.

Primeiros passos...

O ‘Externato São José’¹ iniciou suas atividades, em pequena casa de madeira, no dia de São José: 19 de março, de 1902. Inaugurado pelas Irmãs da Congregação de São José operava inicialmente na rua Alferes Poli, próximo ao centro da capital paranaense. Foi o primeiro empreendimento das Irmãs na área educacional em Curitiba. Atendia crianças

¹ Antes, Externato São José (1902-1942?), Ginásio São José (1948-1961?), e então, Colégio São José (1938-atual). Anexa ao Colégio São José: o Instituto Comercial São José (1942-1943), depois Escola Técnica de Comércio São José (1944-1988).

de ambos os sexos até os sete anos de idade e funcionava em regime de ‘externato’ aceitando somente alunos externos. Durante bom tempo, os cursos ministrados correspondiam às matérias do curso primário. “Em 1906, devido ao número sempre crescente de alunas, foi a escola transferida para o local em que ainda hoje se acha, à Praça Rui Barbosa, 659.” (Pasta Atos Legais, s.d.)

Da instalação do Externato São José, já mais próximo ao centro da capital paranaense (o Largo da Misericórdia como era conhecida a Praça Rui Barbosa), até a década de 1940, foram ministradas, além do curso primário e jardim de infância, aulas de piano, de bordado e, note, de datilografia - curso este de origem remota frente aos investimentos que seriam realizados a partir da década de 1940 com os cursos comerciais. A ocorrência da oferta deste curso como extra-curricular em uma instituição que contava apenas com cursos de formação como hoje se chama, de educação infantil e de séries iniciais, é significativa. Certamente, o curso de datilografia, não se referia à formação das crianças, mas sim às jovens curitibanas e, dentre elas, àquelas que ensejassem uma entrada breve no mercado de trabalho, em escritórios, casas comerciais, bancos, etc. O curso de datilografia era para estas jovens mulheres. De caráter prático e de curta duração, o curso possibilitava ao seu término um certificado com o qual conferia a capacitação das concluintes para a ocupação de atividades ligadas a prestação deste serviço na cidade. Era o primeiro passo para o alcance de ‘algo mais’ na formação destas mulheres: por que não uma profissionalização mais acurada ante a emergência industrial e comercial da época? Por que não os cursos comerciais... O curso de datilografia poderia ser esta chamada para a realização das atividades comerciais da escola, ao menos, como uma qualificação em área já conhecida do trato educacional das religiosas (diz-se deste curso).

Não menos importante é o destaque para as outras atividades ‘comuns’ ao sexo feminino ofertadas, neste caso, também como cursos extra-curriculares e não como componentes essenciais dos currículos da educação feminina. O piano, o bordado e também o corte e costura, eram eles próprios os cursos extra-curriculares – algo que muito destoa da composição dos currículos de cursos voltados a educação feminina cujos conhecimentos são considerados essenciais para a preparação das jovens ao casamento e à maternidade. (Cf.: Tófoli, 2003; Fuckner, 2000; Pilla, 1999). Esta diferenciação nos currículos escolares femininos, feita neste caso, permite refletir sobre um outro lado destes conhecimentos. Além da formação de ‘boas moças’, prendadas, dedicadas ao lar, entretidas no espaço doméstico, por outro lado, podem conferir, especialmente às mulheres de classe média, outro sentido agregado àquele: o de uma possibilidade elementar de renda. Assim,

com o aprendizado destes conhecimentos com outra finalidade que não somente a pretendida na formação de ‘boas moças’, estes conhecimentos e atividades de que as jovens se apropriam, de maneira voluntária ou não, ganham aí outro sentido. O piano, para as musicistas, poderia até alegrar as tardes dos chás das amigas de casa, mas quiçá de alguma casa de chá! O bordar e o coser, da mesma forma, dado o talento das mesmas, poderia ir além dos remendos e dos cuidados com as vestes familiares.

Isto permite inferir que, por trás do ensino destas refinadas atividades na formação das mulheres, estava presente também o propósito de instruí-las em atividades que as possibilitassem adentrar em alguma fronteira do mercado de trabalho. E, em vista do curso de datilografia, em especial, havia o propósito mesmo da formação destas mulheres para o trabalho. A existência deste curso na instituição situa o envolvimento das Irmãs com a formação de mulheres para o trabalho em outros projetos formativos do Colégio anteriores mesmo ao Instituto Comercial São José.

O empreendimento do Colégio com os cursos comerciais, bem como com o curso de 1º ciclo do ensino secundário (o ginásio), ocorre na década de 1940. E a constituição do Instituto Comercial São José pode ser traduzida como uma alternativa aos ensinos normal e secundário à época, na cidade de Curitiba. De modo geral, o ensino de nível secundário com caráter propedêutico estava muito longe da correspondência entre educação e trabalho. E o ensino profissional secundário estava demasiadamente restrito a poucas instituições. Por exemplo, no ano de 1942, bem depois do fechamento do Instituto Comercial do Paraná (1905-1931) e conforme relata o inspetor federal da Divisão de Ensino Comercial no estado do Paraná, Aryon Niepce da Silva², eram poucos os destinos possíveis para os interessados em cursar o ensino comercial, do curso elementar ao superior, no Paraná, no ano de 1942, porém: “as matrículas crescem de ano para ano graças à confiança que a mocidade vem depositando nesses estabelecimentos, aliás se não completos na sua organização, pelo menos quasi completos, mas todos em perfeita harmonia com as instruções em face da legislação federal, apresentando no corrente ano letivo [1942] uma matrícula que se aproxima de 1.000 alunos.” (Niepce da Silva, p.25).

O relato do inspetor federal da Divisão de Ensino Comercial do estado informa o interesse da demanda pelo ensino comercial, a organização dos estabelecimentos deste

² “*Em Curitiba, [1.] a Academia Paranaense de Comércio e Faculdade de Ciências Econômicas do Paraná, [2.] a Academia de Comércio anexa à Faculdade de Direito do Paraná e [3.] a Faculdade de Comércio do Paraná; e, em Ponta Grossa, [4.] a Academia Pontagrossense de Comércio. Funcionam todas essas escolas com os cursos propedêutico e de Contador, e a Faculdade de Ciências Econômicas do Paraná e Academia Paranaense de Comércio com todos os cursos, inclusive o superior de administração e finanças.*” (Niepce da Silva, 1942, p.25).

ensino em face da legislação e o importante número de matrículas. Em 1933 eram 6 instituições de ensino comercial no estado, possivelmente concentradas na capital ou em suas proximidades, com o registro de 174 matrículas ao todo. Quase uma década depois, as instituições de ensino comercial de Curitiba e de Ponta Grossa (que significam ‘o todo’ do Paraná), embora em menor número, aproximam-se de 1.000 matrículas. Este ‘salto’ permite compreender um pouco mais a “confiança da mocidade” para tais cursos, que contabilizavam, entre um e outro dado, um acréscimo de mais de 570% o número de matrículas no ensino comercial do Paraná. Denota, especialmente, a correspondência aos interesses do sistema produtivo, e mesmo às expectativas desta demanda, para inclusão como força produtiva no mercado de trabalho. Havia assim uma emergência destes profissionais ante as exigências do próprio mercado de trabalho, especialmente neste período, em face da urbanização e da industrialização vividos pelos pólos de desenvolvimento do Paraná (se não todos, a capital e Ponta Grossa) e que reclamavam a formação desta demanda com alguma especialização para o trabalho, neste caso para o comércio. De certa forma, esta situação também confere importância à ação de Francisco Campos, com o Decreto-Lei n. 20.158 de 30 de junho de 1931 que oficializa o ensino comercial e regulamenta a profissão de contador, sendo decisiva para a difusão do ensino comercial no país, e mais precisamente para a capital do estado, nos anos posteriores a regulamentação de 1931 até a reorganização do ensino com a reforma Capanema, em dezembro de 1943.

Então, considerando a centralização do ensino normal à capital do estado, o ensino secundário que não correspondia a formação para o trabalho, e o ensino comercial com importante aumento do número de matrículas, em qual destes ensinos o investimento educacional poderia se fazer mais interessante e promissor àquela época? No caso do Colégio, a opção foi pela diversificação do ensino profissional feminino. A constituição do Instituto Comercial São José, por um lado, garantiria à sua demanda uma abreviada entrada no mercado de trabalho com certa especialização e, por outro, esta diversificação do ensino, em outra seara que não a educação secundária ou o ensino normal e sim com a oferta de cursos comerciais, se constituiria também em eficaz estratégia de participação da instituição no mercado educacional àquele período. Somava-se, portanto, às instituições que realizavam a correspondência entre educação e trabalho sem, contudo, abrir mão dos interesses da própria instituição de ensino: católica e feminina.

O Instituto Comercial São José, Curitiba - PR

Para oferecer esta modalidade de ensino para o público feminino nos primeiros anos da década de 1940, as Irmãs de São José contaram com a cooperação de importante personalidade da vida pública e conhecedor da área e do ensino comercial, o próprio inspetor federal da Divisão de Ensino Comercial no estado do Paraná: Aryon Niepce da Silva. Com sua experiência profissional e pedagógica, Niepce da Silva contribuiria sobremaneira para qualquer assunto relacionado ao ensino desta especialidade, bem como, aos que se referissem à ‘perfeita harmonia’ com a legislação federal. Também contribuiria para o início dos trabalhos educacionais da instituição, o inspetor federal do ensino comercial que assumiu função em 1943: Carlos Sternberg Valle.

Nos diferentes documentos escolares a respeito da memória da instituição (históricos da escola), Niepce da Silva e Sternberg Valle ladeiam a insistente menção à participação das ‘famílias curitibanas’ e de autoridades locais, para a realização de um ensino adaptado à realidade da capital paranaense. Adaptação esta que precisaria assumir ainda contornos mais visíveis para fazer vislumbrar um lugar mais representativo para o projeto educativo que as Irmãs de São José organizavam, portanto, um novo prédio escolar.

Atendendo ao pedido de inúmeras Famílias, desejosas de dar á suas Filhas uma formação mais adequada á época, como ás instancias das Exmas Autoridades locais, pressurosas de dotar a Capital de um Estabelecimento de ensino comercial feminino, a Congregação das Irmãs de São José, apesar das dificuldades do momento, fez jús aos desejos dos interessados e, em fins do ano de 1941, iniciou uma vasta construção, acomodada e acondicionada ao desideratum requerido. O Colégio São José que passará a chamar-se doravante “INSTITUTO COMERCIAL SÃO JOSÉ” mercê a benevolencia das Exmas Autoridades do Departamento Nacional do Ensino Comercial, está situado na esquina da Praça Ruy Barbosa com a Avenida Dr. Emiliano Pernetta. (...) A pedido das Exmas Familias do interior do Estado, siosas no resguardo de suas filhas que cursam as Faculdades e a Escóla Normal da Capital, reservam se os aposentos acondicionados onde pódem elas se recolher e vagar aos seus trabalhos post-escolares. (Histórico do Instituto Comercial São José. Curitiba, nov. 1942. 2f.)

É possível que este ‘pedido’ de constituição, inicialmente, dos cursos comerciais tenha partido das famílias ou das próprias alunas que cursaram o antigo curso de Datilografia afim de que as Irmãs ofertassem uma formação mais aprimorada na área que certamente afluiriam ao cabo daquele curso, a comercial. Daí o ensino da instituição para

com a escolha desta modalidade de ensino profissional, não descartando, entretanto, a influência que a própria emergência vivida pela sociedade naquela época exerceu na tomada desta decisão. Juntas, tais questões colaboram na composição de uma entremeada perspectiva para compreender o investimento das Irmãs de São José no ensino comercial para a educação profissional feminina em Curitiba.

A constituição do Instituto Comercial São José, nos primórdios da década de 1940, ainda contaria com um atendimento que já usufruíam estudantes da capital advindas do interior do estado: o pensionato existente desde o ano de 1925, inicialmente adrede ao Colégio e depois em ala própria do novo prédio escolar. O pensionato, para as famílias do interior, era um ponto positivo na tomada de decisão para a escolha do colégio das filhas. Os familiares não precisariam deslocar-se para a capital, em contrapartida onerariam mais este compromisso financeiro – além dos estudos. E o pensionato atenderia não somente jovens estudantes oriundas dos estados vizinhos, especialmente, Santa Catarina e São Paulo, ou ainda, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, mas também da própria capital que apresentavam dificuldade no deslocamento diário a outros bairros e localidades do município. Com a construção de parte do novo prédio escolar, as pensionistas então compartilhariam com as próprias congregadas, parte do prédio escolar (o 2º pavimento).

Contudo, a construção do prédio escolar investirá essencialmente na organização do seu complexo escolar situado em plena região central da cidade entre duas ruas principais e uma praça, com visibilidade para três faces do edifício escolar. Tal é o empreendimento para o período que o mesmo só será totalmente concluído no início da década seguinte ao da construção da primeira parte. Tanto o lugar de edificação quanto o próprio prédio escolar, estrategicamente posicionado no local em que lhe permite o terreno, entre as vias centrais da cidade e não à margem do núcleo urbano, são portadores de uma intencionalidade pedagógica: de projeção e de influência sobre a sociedade - a capital do estado - em que o edifício torna-se “dotado de uma inteligência invisível”.(Escolano. In: Viñao Frago; Escolano, 1998, p.33). E, por traduzir o projeto educativo intentado, o de lugar de formação de mulheres para o trabalho técnico, neste sentido, alcança a representatividade e a altura esperada na conformação de um novo espaço escolar.

A organização espacial do prédio recém-construído contava, além do pavimento térreo, com outros dois pavimentos que acolheriam as atividades educacionais, bem como, as próprias religiosas da congregação e pensionistas. A planta arquitetônica de 1942, assinada pelo engenheiro civil Ildefonso Clemente Puppi, um dos primeiros professores do

Instituto Comercial São José e reconhecido educador do cenário paranaense, apresenta alguns detalhes da ocupação do terreno: o pavimento térreo com as instalações administrativas, o laboratório, os gabinetes, os museus e as salas de aula; o primeiro pavimento ou andar, a sala de professores, a biblioteca, a sala de estudos e a Capela; o segundo pavimento, destinado a Congregação; e a preservação de uma área central no terreno, destinada ao pátio não coberto.

A arquitetura escolar é mencionada em alguns documentos como sendo de característica da ‘pedagogia moderna’ sobressaindo, nos relatos da memória histórica do Colégio, a construção de um prédio amplo e de estrutura ‘sólida’, iluminado, arejado, ‘de acordo com as posturas municipais’ para que assim bem atendesse ao propósito educacional - uma preocupação muito afeiçãoada às questões da higiene e que atingiria não apenas os infantes e os jovens, mas todos os participantes daquele cenário escolar, de certa forma, deixando a mensagem de que não bastaria o remodelamento do espaço da escola, mas uma mudança que conduziria certamente à reforma de costumes. (Cf.: Rocha, 2003).

De um lado, a edificação corresponderia aos anseios da cidade na construção de uma imagem, para a capital paranaense, diferente daquela acanhada dantes. A cidade ‘rumo ao progresso’ é anunciada no início da década de 1940 com o Plano Agache, e culminada com os festejos do Centenário de Emancipação do Paraná, no ano de 1953. Neste interstício era preciso distanciar a urbe daquela imagem provinciana, de cidade interiorana, aproximando-a dos ‘ares de cidade grande’ para o que muito contribuiu: “a criação e construção de várias obras [com expressivo ‘ufanismo’] promovidas pelo governador do estado na época, Bento Munhoz da Rocha Netto. (...) Como exemplo de grandes edificações, têm-se a Biblioteca Pública, o Teatro Guaíra, o Hospital de Clínicas, a reforma do Colégio Estadual do Paraná e o planejamento do Centro Cívico.” (Correia, 2004). Por outro lado, esta ‘pedagogia moderna’ cunhada ao prédio escolar pode ser resultante da transposição do entendimento do que viria a ocorrer no interior da escola. Depois do prédio pronto, haveria toda uma organização do aparato pedagógico com a ordenação dos espaços internos, a composição do mobiliário escolar, a variedade de recursos e materiais didáticos e paradidáticos que apinhariam as diferentes salas ou gabinetes de disciplinas escolares, etc. Todos elementos caros a ‘nova pedagogia’ que demonstravam acolher e que auxiliaria na normatização dos participantes àquele cotidiano escolar que se preparava e definia os ‘saberes a ensinar’ e as ‘condutas a inculcar’. (Julia, 2001, p.10).

Esta interpretação pode ter alcançado o seu exterior para confirmar a edificação do

prédio escolar como um elemento desta ‘nova’ organização pedagógica, em instrumentos e práticas, para a educação profissional de mulheres. Então têm-se aí, o projeto de uma cidade em mudança (macro) e o de uma pedagogia em mudança (micro) que se amalgamariam no projeto educativo das Irmãs de São José em Curitiba. É neste entendimento que se iniciam as aulas do Instituto Comercial São José, instalado no dia de São José: 19 de março de 1943. É uma instituição: “de natureza privada, mantida pela Irmandade das Irmãs de São José de Tarentaise, com sede nesta cidade de Curitiba, à Praça Rui Barbosa n° 15, esquina da rua Emiliano Pernetá, em prédio próprio especialmente construído para tal fim.” (OFÍCIO n.21/1943, 12/04/1943).

Ambos os cursos comerciais (propedêutico e contador) encontram base legal para sua constituição na reforma de Francisco Campos, em 1931, bem como, na Portaria n. 169 de 29 de maio de 1939 e demais regulações complementares, como assevera o Artigo 26 do Regimento Interno da instituição. (Regimento Interno, 1943, 13p.). O Decreto n° 20.158, de 30 de junho de 1931, com 82 artigos, conhecido como a reforma do ensino comercial, organizou este ramo do ensino profissional em dois momentos, o primeiro com 3 anos de duração - o curso propedêutico - e os cursos técnicos comerciais, de duração variáveis de 1 a 3 anos, sendo eles: secretário, guarda-livros, administrador-vendedor, atuário e perito-contador. (Atos do Governo Provisório, p.465-488). Organizado assim o ramo de ensino comercial, caberia então a execução desta lei nos estabelecimentos de ensino autorizados ou reconhecidos pelo governo federal e em todo o território nacional.

Algo que sobressai da trajetória do Instituto diz respeito ao corpo docente dos cursos comerciais. No caso do curso propedêutico era totalmente composto pelas Irmãs. Todas tinham registro de professoras no Departamento Nacional de Educação. (Histórico do Instituto Comercial São José, 1942, p.2). Já o corpo docente do primeiro ano do curso de contador, as religiosas não seriam maioria participando apenas nas disciplinas de Estenografia e de Mecanografia. Para as demais disciplinas do primeiro ano do curso de contador, compunham o corpo docente, totalmente masculino, professores que atuavam em outras instituições de ensino e que colaboraram para a fundação do presente curso e para o seu primeiro ano de atividade. Todos apresentavam registros na Divisão do Ensino Comercial. A ‘autonomia’ didática e pedagógica aos professores era tolhida, havia insistente participação da fiscalização insistente do inspetor federal. Seus programas de curso, suas aulas, bem como a aplicação de provas e até mesmo os critérios de notas, eram todos acompanhados de perto pelo inspetor federal que, juntamente com a diretoria, assinava e carimbava toda a burocracia interna e externa do Colégio: ofícios, regulamentos,

programas das disciplinas, provas e resultados, tudo o mais. Além disso, precisavam estar atentos para o cumprimento do calendário das recorrentes avaliações às alunas. De acordo com o regimento interno seriam responsáveis apenas por uma disciplina escolar e, conforme o artigo 24, a remuneração mensal dos professores, paga até o dia 10 do mês, compreenderia a importância de Cr\$10,00 por aula dada. Sendo as disciplinas lecionadas três vezes por semana, os professores acumulavam até a data do pagamento: 12 aulas, isto é, Cr\$120,00. As religiosas não recebiam pelas atividades realizadas - e isto permaneceria até o final da década de 1970, como regra da congregação. Já do corpo discente sobressai, deste primeiro ano letivo, o artigo 27 do Regimento Escolar, no qual lê-se a respeito da boa conduta esperada das alunas:

Os alunos [sic] devem manter sempre, quer em aulas, quer em sessões solenes ou comemorativas, quer nos recreios, todos os preceitos gerais da boa educação social, doméstica e educacional, hábitos, usos e costumes, atitudes e palavras que denotem atenção quando exigida, obediência com independência, respeito sem subserviência, observada a recomendada conduta da cristandade dentro dos princípios do catolicismo.

No padrão de conduta exigido pelo Instituto Comercial São José inexistia o destaque declarado às virtudes da polidez, do recato, da subserviência feminina do primeiro colégio das Irmãs de Chambéry no Brasil (o Nossa Senhora do Patrocínio, em Itu, bem como, segue o Nossa Senhora de Lourdes, em Curitiba). São esperados aspectos, aparentemente, divergentes daqueles princípios, ou seja: ‘obediência com independência’ e ‘respeito sem subserviência’. Essa contradição aparente desaparece se considerado a quem e em que moldes o Instituto Comercial São José pretendia formar. Como educar moças da classe média que teriam como *locus* privilegiado de atuação o espaço comercial-financeiro da cidade nas décadas de 1940 e 1950? Em uma instituição católica, de Irmãs que tinham sólida tradição como educadoras e que sempre haviam correspondido às demandas da sociedade em que estavam inseridas, atuar na capital do estado do Paraná, em meados das décadas de 1940 e de 1950, significava aceitar o desafio de instruir moças para algumas funções até então eminentemente masculinas, pois as mudanças de Curitiba, como de outras cidades e capitais, assim o exigiam. Entretanto, a recomendação explícita para a observação pelas educandas da ‘conduta da cristandade dentro dos princípios do catolicismo’, se configuraria na garantia da manutenção do ensinamento dos princípios ético-religiosos do catolicismo ultramontano que a Congregação das Irmãs de São José

tanto prezava. O Instituto que preparava jovens mulheres para a atuação profissional no mundo urbano do século XX deveria, desta forma, ensinar *independência* para agir e tomar decisões em um novo campo de trabalho, *respeito* aos superiores (geralmente homens nas casas comerciais e bancos), mas tudo conforme o modelo cristão que impediria a *obediência* e a *subserviência* em casos de ações desonestas ou desabonadoras, e garantiria um comportamento digno para uma mulher naquele novo mundo social.

Inicialmente denominado Instituto Comercial São José, a instituição escolar cumpriria até o final do primeiro ano letivo (1943) os preceitos do Decreto n. 20.158 de 30 de junho de 1931, da organização do ensino comercial, e das demais regulações complementares na gestão de Francisco Campos no Ministério da Educação e Saúde. Tendo organizado, na legislação do ensino comercial, o currículo dos cursos, as disciplinas escolares, os programas das disciplinas, bem como o regime escolar, muita coisa viria a mudar com a gestão do posterior proeminente ministro da pasta: Gustavo Capanema. Ele imprimiria um novo ritmo e estabeleceria uma nova organização para as escolas de comércio, bem como de outros ramos do ensino profissional, com as Leis Orgânicas do Ensino. Cabe assim ressaltar dois momentos na constituição do Instituto Comercial São José: um de fundação e outro de instalação da instituição escolar. O primeiro amplamente voltado à legislação educacional da gestão de Campos, e o segundo, com a reforma do ensino decretada em fins de 1943, voltado à legislação educacional da gestão de Capanema. Até a denominação da instituição sofreria alteração: Escola Técnica de Comércio São José. Mas estas são páginas para uma outra história.